

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS LITORAL**  
**CAROLINE RAMOS LOPES**

**A TRIPLA JORNADA DAS PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I DO**  
**MUNICÍPIO DE MATINHOS**

**MATINHOS**  
**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS LITORAL**  
**CAROLINE RAMOS LOPES**

**A TRIPLA JORNADA DAS PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I DO  
MUNICÍPIO DE MATINHOS**

Trabalho apresentado ao Curso de  
Especialização em Questão Social pela  
Perspectiva Interdisciplinar.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucia Helena  
Alencastro.

**MATINHOS**

**2022**

**RESUMO:** O presente artigo tem como tema a vivência da tripla jornada (ambiente doméstico, mercado de trabalho e mundo acadêmico) das docentes da educação básica do município de Matinhos. O objetivo geral é compreender como as professoras se veem dentro das configurações da tripla jornada a fim de delimitar os principais conflitos/tensões presentes nas diferentes atuações. Além disso, os objetivos específicos são contextualizar os pressupostos teóricos da divisão sexual do trabalho contemplando os aspectos sociais e culturais, bem como compreender como ocorreu a entrada das mulheres no mercado de trabalho no capitalismo e a realidade brasileira. Para mais, conhecer o processo de escolarização das mulheres no Brasil e seus reflexos até os dias atuais e apresentar dados gerais da escolarização brasileira fazendo a comparação de gêneros. Por fim, conhecer o perfil das docentes do município de Matinhos e identificar os conflitos e tensões causados pela tripla jornada nas mulheres professoras. Para isso, alguns dos principais referenciais utilizados foram os de autoras como Silvia Federici, Hirata e Kergoat, Maria R. V. Carvalho, entre outros. Como ferramenta metodológica foi proposto referenciais da pesquisa qualitativa e da pesquisa quantitativa, por meio da utilização de questionário estruturado. Dessa forma, foi possível fazer o levantamento do perfil docente dos trabalhadores da educação municipal de Matinhos e a identificação da tripla jornada vivida pelas profissionais com consequências à saúde física, mental e emocional.

**Palavras-chave:** Trabalho feminino. Tripla jornada. Trabalho docente.

**ABSTRACT:** This article has as its theme the experience of the triple journey (domestic environment, labor market and academic world) of basic female education teachers in the city of Matinhos. The general objective is to understand how the teachers see themselves within the settings of the triple journey in order to delimit the main conflicts/tensions present in the different performances. In addition, the specific objectives are to contextualize the theoretical assumptions of the sexual division of labor, contemplating social and cultural aspects, as well as understanding how women entered the labor market under capitalism and the Brazilian reality. For more, to know the process of women schooling in Brazil and its reflexes until the present day, and to present general data of the Brazilian schooling comparing the genders. Finally, to know the profile of teachers in the city of Matinhos and to identify the conflicts and tensions

caused by the triple journey of female teachers. For this, some of the main references used were those of authors such as Silvia Federici, Hirata and Kergoat, Maria R. V. Carvalho, among others. As a methodological tool, qualitative and quantitative research references were proposed, through the use of a structured questionnaire. In this way, it was possible to survey the teaching profile of municipal female education workers in Matinhos and identify the triple journey lived by professionals with consequences for physical, mental and emotional health.

**Key words:** Female work. Triple journey. Teaching work.

## INTRODUÇÃO

A educação infantil e o ensino fundamental estão marcados por um fenômeno de construção histórica e cultural difícil de passar despercebido: a feminilização destas etapas da educação. Por ser uma profissão ligada a questões maternais e de cuidado, além da necessidade do barateamento da educação, foi, por muito tempo, naturalizado que esta deveria ser praticada por mulheres.

Por esse motivo, vemos um perfil muito específico de profissionais, geralmente composto por mulheres, que são em sua grande maioria mães e esposas. Estas também carregam mais uma bagagem imposta social e culturalmente: o encargo, na maior parte das vezes, das atividades domésticas, somado à necessidade de trabalhar fora de casa e aos investimentos constantes em formação continuada, configurando-se dessa forma uma tripla jornada de trabalho.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como as professoras se veem dentro das configurações da tripla jornada (ambiente doméstico, mercado de trabalho e mundo acadêmico) a fim de delimitar os principais conflitos/tensões presentes nas diferentes atuações. Para mais, tem-se como objetivos específicos contextualizar os pressupostos teóricos da divisão sexual do trabalho contemplando os aspectos sociais e culturais, como também compreender como ocorreu a entrada das mulheres no mercado de trabalho no capitalismo e a realidade brasileira. Além disso, conhecer o processo de escolarização das mulheres no Brasil e seus reflexos até os dias atuais e apresentar dados gerais da escolarização brasileira fazendo um paralelo entre os gêneros. Para concluir, conhecer o perfil das docentes do município de Matinhos e identificar os conflitos e tensões causados pela tripla jornada nas mulheres professoras.

O texto a seguir irá apresentar os pressupostos teóricos que procuram demonstrar a constituição da divisão sexual do trabalho e a entrada da mulher no mercado de trabalho. Terá também uma breve análise de como aconteceu o desenvolvimento da escolarização das mulheres no Brasil e por fim é apresentado o cenário da escolarização brasileira nas últimas décadas, fazendo comparações e aproximações com relação aos gêneros. Em seguida, apresentamos a abordagem metodológica utilizada, pautada por uma proposta quanti-qualitativo, seguida da discussão dos dados.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

### 2.1 Constituição da divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho, ao contrário do que foi pregado (e ainda é em muitos lugares), não é algo biologicamente inerente à natureza da mulher, como teorias naturalistas vieram a tentar convencer ao longo das décadas, mas uma construção histórica e social.

Sabendo disso, questiona-se então como se deu essa construção histórica e social entre o que pode ser considerado um trabalho essencialmente masculino e outro feminino. Para além disso, como ocorreu também a desvalorização do trabalho doméstico, sua invisibilidade, rebaixando-o à categoria de não trabalho.

Embora já houvesse desde a pré-história e perpassado por diversas civilizações uma divisão sexual do trabalho, iremos abordar neste trabalho, para fins de melhor compreensão, as mudanças ocorridas no momento anterior da chamada “transição<sup>1</sup>” para o capitalismo, ao período que foi denominado feudalismo.

Por volta dos séculos V e VII, como consequência do fim do sistema escravagista, vigente até então, desenvolveu-se na Europa o sistema de servidão. Resultado da necessidade de conter as rebeliões e fuga dos até então escravos, os senhores de terra concederam a estes uma parcela de terra e o direito de terem sua própria família. Além disso, os camponeses livres que foram prejudicados pelo modelo escravagista se viram obrigados a abrir mão de sua independência em troca da proteção dos senhores (FEDERICI, 2017, p. 47 e 48).

Embora a servidão também fosse difícil, houve certas mudanças na relação entre os senhores e os servos. Entre elas, a mais importante foi à concessão aos seus meios de reprodução de forma direta. Os servos recebiam uma parte de terra em troca dos trabalhos obrigatórios que deviam realizar nas terras dos senhores, podendo então manter-se e inclusive deixar a mesma para seus filhos como uma herança.

Com o uso da terra também apareceu o uso dos “espaços comunais” — pradarias, bosques, lagos, pastos — que proporcionavam recursos

---

<sup>1</sup> Quando se fala em transição, o conceito que vem à mente é de um processo histórico de desenvolvimento de forma linear e gradual; quando na verdade tal período, que se refere à passagem do feudalismo para o capitalismo, foi um dos mais violentos da história mundial. Entretanto, este será o termo utilizado para demarcar tal momento.

imprescindíveis para a economia camponesa (lenha para combustível, madeira para construção, tanques de peixes, terras de pastoreio) ao mesmo tempo que fomentavam a coesão e a cooperação comunitárias (BIRRELL, 1987, p. 23, citado por FEDERICI, 2017, p. 50).

Nessa sociedade, a dependência das mulheres com relação aos homens era restrita pelo fator de que a autoridade dos senhores estava acima do que a dos pais e maridos. Para mais, a parcela de terras que eram entregues para os servos trabalharem eram de responsabilidade da unidade familiar, sendo também de incumbência da mulher produzir na mesma, além de poder também usufruir dos frutos de seu trabalho, sem precisar dos maridos para sua manutenção.

Além disso, dado que o trabalho no feudo estava organizado com base na subsistência, a divisão sexual do trabalho era menos pronunciada e exigente que nos estabelecimentos agrícolas capitalistas. Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho (FEDERICI, 2017, p. 53).

Para mais, a realização de tais tarefas eram feitas de forma coletiva, em mútua cooperação, prevalecendo sobre as relações familiares. Sendo realizadas nos campos comunais, estes se tornaram o espaço central da vida social dessas mulheres, onde dotavam de certa autonomia e sociabilidade, elas podiam conversar e formar opiniões próprias sobre os assuntos da comunidade, longe do ponto de vista masculino. Sobre isso, Federici (2017, p. 53) discorre que:

[...] a maioria das tarefas realizadas pelas servas (lavar, fiar, fazer a colheita e cuidar dos animais nos campos comunais) era realizada em cooperação com outras mulheres, nos damos conta de que a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres. Era a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina que permitia às mulheres enfrentar os homens, embora a Igreja pregasse pela submissão e a Lei Canônica santificasse o direito do marido a bater em sua esposa.

Nas cidades medievais, profissões que no futuro vieram a ser ocupadas somente por homens, eram realizadas também por mulheres, como padeiras,

cervejeiras, ferreiras, entre outros. No século XIV, chegaram a competir com homens formados em universidades em ocupações como médicas e professoras escolares.

Dezesseis médicas — dentre elas várias mulheres judias especializadas em cirurgia ou terapia ocular — foram contratadas no século XVI pela prefeitura de Frankfurt, que, como outras administrações urbanas, oferecia à sua população um sistema público de saúde. Médicas, assim como parteiras ou *sage-femmes*, predominavam na obstetrícia, tanto contratadas por governos urbanos quanto se mantendo por meio da compensação paga por seus pacientes. Após a introdução da cesariana, no século XIII, as obstetras eram as únicas que a praticavam (Optiz, 1996, pp. 370-1; *apud* FEDERICI, 2017, p. 64).

Neste momento, iniciou-se também pela igreja o combate à heresia, movimento consciente do proletariado feudal pela tentativa de criar uma nova sociedade, buscando uma alternativa às relações feudais e causando resistência à economia monetária crescente.

A heresia era o equivalente à “teologia da libertação” para o proletariado medieval. Selou um marco às demandas populares de renovação espiritual e justiça social, desafiando, em seu apelo a uma verdade superior, tanto a Igreja quanto a autoridade secular. A heresia denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefinia todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais (FEDERICI, 2017, p. 70).

Uma das características mais importantes do movimento herege com relação às mulheres era o fato de que estas eram dotadas de elevada posição social, tendo uma vida pública, podendo pregar e se deslocarem de um lugar a outro, liberdade que não se encontrava em nenhum outro local durante a Idade média (VOLPE, 1971, p. 20; KOCH, 1983, p. 247; *apud* FEDERICI, 2017, p. 83). Eram inclusive as mulheres muitas vezes que davam vida e encabeçavam tais movimentos.

Nesta época, é sabido que as mulheres, hereges ou não, eram dotadas de certos conhecimentos capazes de evitar gravidezes indesejadas, tendo a capacidade de controlar suas funções reprodutivas. No entanto, depois da crise demográfica, a perseguição da Igreja à heresia acentuou-se, com o fim de impedir que as mulheres controlassem seus corpos e tivessem filhos a serviço da economia. Falaremos mais sobre isso adiante.

Os movimentos hereges eram uma forma de protesto em resposta ao processo de expropriação de terras que começou a ocorrer. Tendo início na Europa do século XV, as privatizações de terras feitas por meio do uso da força, ou então aumento de aluguéis e despejos, acarretou na retirada dos trabalhadores dos seus meios de subsistência.

A denominação que melhor explica esse fenômeno é o dos “cercamentos”, realizados principalmente na Inglaterra, que queria dizer “envolver um pedaço de terra com cercas, canais ou outras barreiras ao livre trânsito de homens e animais, em que a cerca era marca de propriedade e ocupação exclusiva de um terreno” (SLATER, 1968, pp. 1-2; *apud* FEDERICI, 2017, p. 133). Esse processo aboliu os conhecidos “espaços comunais”, acabando com o uso coletivo da terra e os centralizando nas mãos de fazendeiros ricos e lordes.

Tal processo de privatização ocasionou um profundo empobrecimento da população. Embora tenha havido a introdução de novas técnicas agrícolas e o conseqüente aumento da quantidade de comida, isso não significou mais disponibilidade para as pessoas comuns.

Esse processo foi especialmente prejudicial para as mulheres que, sem os espaços comunais, se viram isoladas umas das outras. No momento em que a misoginia estava aumentando, tornar-se uma trabalhadora nômade as expunha a especial violência, para além da dificuldade de locomoção devido à gravidez e os cuidados com os filhos.

Para mais, como dito anteriormente, a crise populacional que se iniciou na Europa Ocidental na década de 1580 e se estendeu até o início do século XVII, a preocupação com o problema da relação entre trabalho, população e acumulação de riquezas tornou-se algo iminente, e passou-se a debater “[...] estratégias políticas com a finalidade de produzir os primeiros elementos de uma política populacional [...]” (FEDERICI, 2017, p. 169), transformando tais assuntos em questões de Estado.

A perseguição aos hereges transformou-se então na caça às bruxas. Tendo os primeiros julgamentos de bruxaria ocorrido no final do século XIV, foi em meio a todo esse cenário de crise que a perseguição às mulheres se intensificou, tornando a sexualidade das mulheres uma pauta política, “[...] com a finalidade de regular a procriação e quebrar o controle das mulheres sobre a reprodução [...]” (FEDERICI, 2017, p. 170). Não é à toa que os principais crimes pelos quais as mulheres eram

condenadas a fogueiras estavam ligados a crimes de reprodução, como o uso de métodos contraceptivos, abortos e infanticídio.

A preocupação com o crescimento da população pode ser detectada também no programa da Reforma Protestante. Rejeitando a tradicional exaltação cristã da castidade, os reformadores valorizavam o casamento, a sexualidade e até mesmo as mulheres, por sua capacidade reprodutiva. As mulheres são “necessárias para produzir o crescimento da raça humana”, reconheceu Lutero, refletindo que, “quaisquer que sejam suas debilidades, as mulheres possuem uma virtude que anula todas elas: possuem um útero e podem dar à luz (KING, 1991, p. 115; citado por FEDERICI, 2017, p. 171).

Para mais, o Estado também adotou diversas políticas públicas de cunho reprodutivista, como a bonificação pelo casamento e a penalização do celibato, por exemplo.

No entanto, a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução (FEDERICI, 2017, p. 174).

Além disso, formas novas de vigilância sobre a gravidez foram adotadas como forma de assegurar que estas não fossem interrompidas; tendo início também a prática que priorizava a vida do feto ao invés do da mãe em caso de emergência, indo contra o processo habitual de até então.

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos (as mulheres continuavam sendo executadas na Europa por infanticídio no final do século XVIII), foi a escravização das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 178).

Foi neste momento que se iniciou também o processo de desvalorização do trabalho doméstico feminino, e a consequente redução das mulheres a categoria de não trabalhadoras. Perdendo empregos em ocupações que tinham tradicionalmente exercido até então, aumentou-se também a crença “de que as mulheres não deviam trabalhar fora de casa e de que tinham apenas que participar na “produção” para ajudar seus maridos” (FEDERICI, 2017, p. 182). Tais mudanças sentenciaram às mulheres a dependência, tornando o casamento uma carreira necessária para a

sobrevivência, e as explorando de maneira similar a escravidão. Todo esse processo veio acompanhado por mudanças nas leis que visavam retirar os direitos das mulheres.

Para mais, foi neste momento que se iniciou a ideologia de que o trabalho doméstico era uma vocação natural inerente às mulheres, e sua importância para a acumulação do capital foi dissimulado. A figura da dona de casa em tempo integral que se construiu sujeitou as mulheres aos espaços e trabalhos reprodutivos, aumentando sua dependência e as degradando socialmente.

Sobre isso, a nova divisão sexual do trabalho que se forjou, definindo as mulheres em termos como mãe e esposa tornaram as mulheres bens comuns. Assim como as terras comunais do sistema feudalista proporcionavam diversos recursos naturais de forma gratuita, as atividades femininas (definidas como não trabalho) passaram a serem vistas da mesma forma.

A demonização das mulheres em cima da qual a caça às bruxas se construiu destruiu diversas práticas femininas que vinham sendo passadas por gerações, principalmente no que diz respeito ao controle sobre seus corpos. O encarceramento das mulheres no ambiente doméstico também causou seu isolamento, e aquele espírito de coletividade que elas compartilhavam nos espaços comunais se dissipou. Para mais, “as práticas atrozes e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixaram marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidades” (FEDERICI, 2017, p. 205).

A partir desta derrota, surgiu um novo modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal — passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas. Esta mudança começou no final do século XVII, depois de as mulheres terem sido submetidas a mais de dois séculos de terrorismo de Estado. Uma vez que foram derrotadas, a imagem da feminilidade construída na “transição” foi descartada como uma ferramenta desnecessária, e uma nova, domesticada, ocupou seu lugar (FEDERICI, 2017, p. 205).

Embora possa parecer que todo esse processo se deu de forma gradativa e pacífica, foi na verdade um momento violento; e o que é verdade é que o disciplinamento das mulheres só foi possível por ter se erguido em cima de muito sangue derramado.

Neste mesmo momento, ocorria o empobrecimento dos trabalhadores rurais com todo o processo dos cercamentos, e com isso os negociantes capitalistas dos séculos XVI e XVII se aproveitaram da crescente mão de obra barata, sendo estes absorvidos principalmente pela indústria têxtil, acabando com a certa independência que os artesãos das cidades dotavam e barateando seus produtos. Tal indústria foi reorganizada na base do “sistema doméstico”. Com relação a isso, Federici (2017, p. 140) diz que estes eram:

[...] um sistema pelo qual os capitalistas distribuíam entre as famílias rurais lã ou algodão para fiar ou tecer, e frequentemente também os instrumentos de trabalho, e depois recolham o produto pronto. A importância do sistema doméstico e da indústria artesanal para o desenvolvimento da indústria britânica pode ser deduzida do fato de que a totalidade da indústria têxtil, o setor mais importante na primeira fase do desenvolvimento capitalista, foi organizada dessa maneira. A indústria artesanal apresentava duas vantagens fundamentais para os empregadores: evitava o perigo das “associações” e barateava o custo de trabalho, já que sua organização no lar fornecia aos trabalhadores serviços domésticos gratuitos e a cooperação de seus filhos e esposas, que eram tratadas como ajudantes e recebiam baixos salários como “auxiliares”.

Com todo esse processo, a unidade que existia entre o trabalho de produção e reprodução desapareceu junto com a economia de subsistência, substituídas por novas relações sociais e passando a diferenciar sexualmente as atividades.

“No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerado um trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 145).

Apesar disso, neste momento não se encontra entre a classe trabalhadora a figura clássica de dona de casa em período integral.

Foi somente no século XIX — como resposta ao primeiro ciclo intenso de lutas contra o trabalho industrial — que a “família moderna”, centrada no trabalho reprodutivo, em tempo integral e não remunerado da dona de casa, se generalizou entre a classe trabalhadora, primeiro na Inglaterra e, mais tarde, nos Estados Unidos (FEDERICI, 2017, p. 195 e 196).

Com isso, compreende-se que o rebaixamento a um não trabalho das atividades domésticas exercidas pelas mulheres (tirando assim a necessidade de ser

remunerado), foi fundamental para o impulso à acumulação capitalista, que se apropriou dessa enorme massa de serviço realizada de forma gratuita.

Complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres (FEDERICI, 2017, p. 193).

Dessa forma, conclui-se que:

[...] dentro da comunidade trabalhadora do período de transição, já podemos ver o surgimento da divisão sexual do trabalho que seria típica da organização capitalista — embora as tarefas domésticas tenham sido reduzidas ao mínimo e as mulheres proletárias também tivessem que trabalhar para o mercado. Em seu cerne, havia uma crescente diferenciação entre o trabalho feminino e o masculino, à medida que as tarefas realizadas por mulheres e homens se tornavam mais diversificadas e, sobretudo, passavam a sustentar relações sociais diferentes (FEDERICI, 2017, p. 197).

As diferenciações nas relações sociais de sexo categorizaram a mulher a outra classe dentro da própria classe trabalhadora, desigualdade que, embora tenha tido alguns avanços, perdura em muitos aspectos até os dias atuais. Movimentos feministas passaram então a estudar e a denunciar que a imagem da “mulher ideal” foi uma construção histórica, ocasionando uma crescente rejeição a esse sistema e a uma maior organização das mulheres em busca de seus direitos. Assim sendo, foi possível transformar o trabalho reprodutivo em um espaço de luta em busca de maior igualdade, principalmente no que diz respeito ao controle sobre os próprios corpos e o direito a recusa de exercer funções como ditas naturais às mulheres.

Dessa forma, na França do início dos anos 1970, o conceito de divisão sexual do trabalho foi transcrito, e relaciona-se a diferenciação de profissões realizadas por homens e mulheres no mercado de trabalho; além da questão do trabalho doméstico e sua desigual divisão entre os sexos. Tendo sido percebido pelo movimento feminista, busca-se para além de manifestar as desigualdades, repensar o que é considerado “trabalho”. Sendo este dividido entre “trabalho produtivo” e “trabalho reprodutivo”; o primeiro diz respeito àquelas atividades realizadas no mercado de trabalho capitalista, tendo a imagem do masculino, sendo o homem o provedor; e o segundo, aos cuidados relativos ao bem-estar da família e a organização

do ambiente doméstico, com a figura da feminilidade relacionada a este (MELO e CASTILHO, 2009, p. 137).

Essa diferenciação que ocorre entre o que é trabalho produtivo e reprodutivo e quem os realiza tem reflexos nas escolhas feitas pelas mulheres nas profissões que vão exercer, ocorrendo que está geralmente ligada a ocupações de cuidados e bem-estar humano, tendência que também se observa no Brasil, como veremos mais adiante.

Referente às atividades domésticas, as bases que fundaram o conceito da divisão sexual do trabalho devem-se a percepção realizada pelo movimento das mulheres de que uma enorme quantidade de trabalho é realizada de maneira gratuita, “que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 597). Com essa constatação, iniciou-se então uma produção de trabalhos nas áreas das ciências sociais, começando a abordar a necessidade de se reconhecer o trabalho doméstico como uma atividade de igual ou até de maior importância que o trabalho profissional.

Embora essa percepção tenha aberto as portas para diversos debates relacionados, às autoras Hirata e Kergoat criticam que o conceito de trabalho doméstico ao invés de ser usado para contestar a sociedade salarial, fala-se somente “em termos de ‘dupla jornada’, ‘acúmulo’ ou ‘conciliação de tarefas’, como se fosse um apêndice do trabalho assalariado” (2007, p. 599).

Tendo sido essa diferenciação construída histórica e socialmente, por meio de processos de legitimação recorrendo à ideologia naturalista, que reduz as práticas sociais ao sexo biológico; a divisão sexual do trabalho manifesta-se ainda em dois princípios: “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalho de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher)” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, para a realização do dito “trabalho produtivo”, não houve melhor distribuição para a execução do trabalho doméstico: este continuou sendo feito em grande parte ou até em sua totalidade pelas mulheres. Sobre isso, as autoras Hirata e Kergoat (2007) falam sobre o “modelo de conciliação”, que se refere ao fato da necessidade de articular a vida familiar com a

profissional; articulação esta que é feita quase que exclusivamente pelas mulheres.

Sobre isso:

[...] certos pesquisadores propõem substituir “conciliação”, ou mesmo “articulação”, por “conflito”, “tensão”, “contradição” para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres (HIRATA e KERGOAT 2007, p. 604).

Por fim, tem-se o “modelo de delegação”, que diz respeito ao fato de mulheres que tem uma condição econômica mais favorecida delegarem tais trabalhos domésticos a outras mulheres.

Tomada a consciência sobre a divisão sexual do trabalho e todos os seus princípios, além da percepção de que esta não é uma condição de um destino biológico, mas sim uma construção social; descortina-se o fato de que tal divisão se configura em uma ferramenta de opressão, causando uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Sendo esta também uma divisão social, ao compreender a mulher como uma categoria de análise legítima, percebem-se como as lutas das mulheres acabaram por se tornar também uma luta de classes dentro do próprio proletariado.

## **2.2 A entrada da mulher no mercado de trabalho e o caso brasileiro**

Tendo início na Inglaterra do século XVIII, a Revolução Industrial caracterizou-se por seu aglomerado de transformações sociais e econômicas que ocasionou em um acelerado crescimento (HOBBSAWM, 2000). Este processo:

Substituiu gradativamente o trabalho artesanal de produtos manufaturados de produção unitária pela produção industrial, com o uso de máquinas que produziam em série, portanto, mais barato, e inseriu a possibilidade da utilização de uma mão de obra menos especializada, assalariada e sem necessidade de uma grande força muscular (RODRIGUES *et al*, 2015).

Como dito anteriormente, no período que antecede ao capitalismo, as pessoas viviam e produziam no campo para a sua subsistência e da família. Com a substituição desse meio de produção pela agricultura comercial, em propriedades rurais cada vez mais extensas, houve a diminuição da necessidade de mão de obra, o que ocasionou

em um êxodo da população das áreas rurais para as áreas urbanas, gerando uma enorme massa de mão de obra de reserva.

Esses camponeses inicialmente foram trabalhar nas manufaturas, que funcionavam em linhas de produção e montagem, com cada operário cumprindo uma função, o que deu origem ao processo de divisão do trabalho, que diminuiu o tempo de sua realização e aumentou a produção. Com as inovações tecnológicas e a introdução da máquina no processo produtivo, surgiram as maquinofaturas, que levaram à substituição do operário artesanal pelo operário industrial (RODRIGUES *et al*, 2015).

Todo esse processo ocorreu inicialmente na Inglaterra, para então se espalhar pela Europa e no resto do mundo. Segundo Hobsbawm (2000), o desenvolvimento do comércio marítimo, que importava a matéria prima das regiões tropicais ou subtropicais, beneficiou a produção de algodão, ao qual destaca que foi a primeira a se industrializar.

A indústria que se iniciava precisava de mão de obra, porém tal mão de obra deveria ter baixo custo. Isso possibilitou a contratação de mulheres e crianças na indústria têxtil inglesa, as quais se sujeitavam ao trabalho industrial como forma de complementar a renda familiar (RODRIGUES *et al*, 2015).

Sobre isso, Thompson (1987, p. 170; *apud* RODRIGUES *et al*, 2015) afirma que o operariado inglês do início da década de 1830 nas indústrias têxteis “[...] atingia 191.671 pessoas, das quais 102.812 eram mulheres e apenas 88.859, eram homens”. Para mais, Hobsbawm (2000) traz dados que dizem que “[...] em 1838, do total de operários empregados nas fábricas de tecidos na Inglaterra 23% eram homens e 77% eram mulheres e crianças”. Com isso, se percebe a prevalência da mão de obra feminina nas indústrias têxteis da Inglaterra. Isso se deve ao fato, segundo Perrot (2005; *apud* RODRIGUES *et al*, 2015) “[...] das operárias serem consideradas mais ‘dóceis’ pelos patrões, com maior facilidade para manipular e maior tendência a obedecer”.

Para mais, o trabalho da mulher nas indústrias era monetariamente desvalorizado, ocasionando ser extremamente lucrativo para quem as empregava. Sobre isso, Hobsbawm (2000) diz que:

[...] é quase certo que a fabricação do algodão contribuía mais para a acumulação de capital que outras, ao menos porque a rápida mecanização e o uso generalizado de mão-de-obra barata (de mulheres e adolescentes)

permitia uma elevada transferência dos rendimentos do trabalho para o capital. De 1820 a 1845, o produto líquido industrial cresceu cerca de 40% (em valor corrente) e sua folha de pagamento em apenas 5%.

Com relação à realidade brasileira, segundo Rago (1997, p. 580; *apud* RODRIGUES *et al*, 2015), este processo se iniciou com a iniciativa do governo brasileiro, no século XIX, de “atrair milhares de imigrantes europeus para trabalhar tanto na lavoura, nas fazendas de café, quanto nas fábricas que surgiam nas cidades, substituindo a mão de obra escrava [...]”.

As mulheres operárias estrangeiras, de acordo com o censo de 1890, eram 119.581 e representavam 34% do total de operários, e estavam empregadas em sua maioria na indústria têxtil, isto é, trabalhavam com fiação e tecelagem. Em 1894 a participação de mão de obra feminina na indústria têxtil na cidade de São Paulo representava 67,62% do total de operários, e no levantamento do ano de 1901 totalizavam 49,95%, sem contar as crianças operárias do sexo feminino. A participação feminina na indústria têxtil continuou a crescer após a Primeira Guerra Mundial. No ano de 1920, foi recenseado um total de 247 indústrias que trabalhavam com gêneros têxteis, 34.825 operários [14.352 (41,21%) eram homens e 17.747 (50,96%) eram mulheres] (RAGO, 1997; *apud* RODRIGUES *et al*, 2015).

Ainda analisando a realidade brasileira, passaremos agora a ver como ocorreu a inserção da mulher no mercado de trabalho de uma forma geral, utilizando dados de desde o primeiro Censo, realizado em 1872.

Conforme os dados do Censo de 1872 no conjunto da população feminina com profissão, cerca de 52% eram empregadas domésticas e costureiras. Nos Censos de 1872 e 1900 o nível de ocupação por sexo feminino era de aproximadamente 73%, reduzindo para 17% em 1920, essa redução, conforme as autoras, se deve a que nos primeiros recenseamentos grande parte das mulheres ocupadas com o trabalho doméstico não remunerado estava inserida nesta categoria. Entre os anos entre 1920 e 1970 haveria pouca alteração, variando de 16,7% para 18,5%, respectivamente (BRASIL, 2017, p. 19).

Embora a linha de critérios sobre os quais eram realizados os Censos só foram consolidados de maneira homogênea posteriormente, o que se pode compreender com os dados existentes com relação a distribuição de gênero nas atividades vigentes ao longo do século XX é que a distribuição das mulheres em certos ramos se alinharam de acordo com o desenvolvimento econômico do país. Conforme Safioti (2013; *apud* BRASIL, 2017, p. 19):

O processo de urbanização dos anos 1930 não resultou em aumento relativo das mulheres na composição da força de trabalho. Entre os anos de 1930 e 1950 cresce a presença em atividades domésticas não remuneradas e a respectiva queda nas atividades econômicas remuneradas. Nesse período a indústria incipiente absorvia mão de obra masculina, enquanto as mulheres eram incorporadas em atividades tradicionais com os serviços domésticos, sociais, educacionais e de saúde.

A partir dos anos 1950, com a crescente expansão da indústria, houve um aumento no número de empregos que eram mais voltados para os homens, “enquanto que os segmentos tipicamente femininos como o setor têxtil e de vestuário cresceram em ritmo menor absorvendo menor número de trabalhadoras” (BRASIL, 2017, p. 19). Apesar disso:

o grande crescimento dos estabelecimentos comerciais decorrentes desse período de expansão da indústria e dos grandes centros urbanos facilitou o ingresso massivo de mulheres para áreas que absorveram um perfil de trabalho associado ao pequeno comércio, aos serviços pessoais e o trabalho doméstico (BRASIL, 2017, p. 19).

Conforme dados do Censo de 1980, cresce de forma exponencial a quantidade de mulheres entre a população ocupada, sendo em 2010 uma taxa de 44%.

Da mesma forma, cresce a escolaridade, e no Censo de 1991 o percentual de mulheres supera o de homens com ensino superior pela primeira vez. Entretanto, persistem as diferenças salariais. As mulheres se destacam nas áreas de ciências humanas e sociais, biológicas e da saúde, enquanto os homens se concentram em ciências exatas, tecnológicas e agrárias (BRASIL, 2017, p. 19).

Segundo Bruschini (1998, *apud* BRASIL, 2017, p. 20), nos anos de 1970 a presença das mulheres aumentou:

[...] resultado tanto da necessidade econômica, quanto das transformações demográficas, culturais e sociais que vinha ocorrendo no país e no mundo, o acesso às universidades e a queda da fecundidade e os próprios movimentos feministas com participação cada vez mais atuante de mulheres nos espaços públicos contribuíram decisivamente para esse novo período.

Para que as mulheres possam estar presentes no mundo produtivo, como vimos anteriormente, são necessárias diversas articulações para que estas possam conciliar com as responsabilidades familiares. Devido a este fator, as mulheres:

são a maioria no setor de serviços de menor qualificação e no emprego doméstico em residências, recebendo, portanto, as menores remunerações. Enquanto isso os homens continuam predominando nos cargos técnicos, cargos de maior qualificação, e nos setores que detém maior índice de inovação tecnológica, assim como nas posições de chefia, que são melhor remunerados (BRASIL, 2017, p. 20).

Isto ocorre mesmo tendo as mulheres alcançado um maior grau de escolaridade a partir dos anos 1990. Inclusive nos lugares onde conseguiram se inserir onde anteriormente predominavam trabalhadores homens, “mesmo dispondo da mesma qualificação ou de qualificação até superior à dos homens, são piores remuneradas. Estima-se que ganhem, em média, em torno de 25% menos que os homens” (BRASIL, 2017, p. 20).

Com isso, considera-se que apesar de todas as mudanças, “elas continuam atuando, sobretudo em setores que são considerados como mais femininos, como a educação, a saúde e o bem-estar, nas ciências humanas e nas artes” (BRASIL, 2017, p. 21).

Desse modo, apesar de todos os avanços que houve em nossa sociedade, nos quesitos econômicos, sociais e culturais; ainda prevalece no subconsciente a crença de que certos tipos de trabalho devem ser realizados por mulheres, e que por isso, não necessitam de uma melhor remuneração, mesmo em muitos dos casos a mulher sendo até melhor qualificada do que o seu companheiro homem.

### **2.3 Análise histórica da escolarização das mulheres no Brasil**

Como vimos até aqui, o papel da mulher na economia capitalista esteve por muito tempo relegado basicamente aos cuidados da casa e da família. Com isso, não é de se surpreender que também por muito tempo a educação das mulheres esteve voltada para este fim. No Brasil essa realidade não foi diferente.

No período colonial, a instrução das mulheres foi um direito concebido tardiamente, e se ateve basicamente ao ensino de trabalhos maternos e domésticos, visando o casamento. Segundo Aragão e Kreutz (2010, p. 109), citado por Pereira e Favaro (2017, p. 5529), “desde o período colonial, a educação feminina era restrita ao lar e para o lar, ou seja, aprendiam atividades que possibilitassem o bom governo da casa e dos filhos”.

Os dirigentes do Brasil só começaram a se preocupar efetivamente com a educação feminina com a vinda da Família Real portuguesa e a Independência em 1822. Foi neste momento que se estabeleceu que a educação também devesse ser ofertada a meninas e de responsabilidade do Estado. “Porém, devido à falta de professoras qualificadas e sem conseguir despertar maior interesse dos pais, o ensino não chegou a abranger uma porcentagem significativa de alunas” (UNICEF, 1982; *apud* BELTRÃO e ALVES, 2009, p. 128).

Há que se levar em consideração também nesta análise o sistema escravagista vigente e a economia agroexportadora do período colonial, o que contribuiu para o entendimento do ensino elitista do país, que dava pouca atenção à educação formal para os homens e nenhuma para as mulheres.

No período Imperial não houve muitas mudanças, perdurando a situação difícil da educação das mulheres. Segundo Aranha (2006, p. 229) citado por Pereira e Favaro (2017, p. 5531), “algumas famílias mais abastadas, às vezes elas recebiam noções de leitura, mas se dedicavam sobretudo às prendas domésticas, à aprendizagem de boas maneiras e à formação moral e religiosa”.

Devido a fatores culturais, políticos e econômicos, houve poucas alterações com relação à escolarização feminina no decorrer do século XIX. Embora tenha havido a criação das primeiras instituições voltadas a educar as mulheres com currículos diversos, o principal meio de formação profissional para as mulheres eram as escolas normais. Entretanto estas eram poucas e com o número de matrículas mínimo.

Ao sexo feminino cabia, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, à formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante o século XIX (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

No final deste século, as moças obtiveram a oportunidade de se formarem “na carreira do magistério”, uma das poucas profissões aceitas pela sociedade destinada a mulheres, com a abertura em 1875 da seção feminina na Escola Normal da Província. Entretanto, isso não possibilitou às mulheres adentrarem no ensino superior, já que os exames continuavam sendo restritos somente para os homens.

De qualquer forma, as mulheres achavam-se excluídas da possibilidade de acesso aos cursos superiores, mesmo que se preparassem adequadamente em escolas particulares ou com preceptores. Isso porque para tal não se exigiam diplomas, mas era necessário fazer os exames preparatórios aplicados pelo Colégio D. Pedro II, destinados exclusivamente ao público masculino (ARANHA, 2006, p. 230; *apud* PEREIRA e FAVARO, 2017, p. 5531).

Outra questão que deve se levar em consideração é o elevado número de gestações que essas mulheres tinham. Isto, ligado a forte cultura patriarcal, ocasionou que estas se mantivessem “presas” aos trabalhos domésticos e a criação dos filhos.

Apesar das divergências com relação a dados para uma data específica, o que se conclui com certeza é que a entrada da mulher no ensino superior só ocorreu no Brasil nos anos 1880 (PEREIRA e FAVARO, 2017, p. 5532).

A instituição da República, concomitante ao fim do trabalho escravo, foram alguns dos principais acontecimentos do final do século XIX que afetaram as condições educacionais no país. A Constituição da República de 1891 determinou a descentralização do ensino, sendo que a União ficou responsável pela criação e o controle de instituições de ensino secundário e superior. A cargo do Estado ficaram a criação de escolas, o monitoramento e controle do ensino primário [...] (PEREIRA e FAVARO, 2017, p. 5532 e 5533).

Também ficou a cargo do Estado o “ensino profissional de nível médio que compreendia as escolas normais para as moças e as escolas técnicas para os rapazes. Nessa época, houve uma expansão quantitativa do sistema educacional, mas pouca mudança qualitativa” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128-129).

A industrialização que ocorria no país trouxe novas exigências em demandas educacionais, o que influenciou na expansão do ensino. Entretanto, esta não ocorreu de forma homogênea em todo o território nacional, ocorrendo um maior avanço no quesito educacional principalmente nos grandes centros urbanos, onde as taxas de matrículas aumentaram no ensino secundário e superior, incluindo as mulheres no início do século XX.

Outro acontecimento importante e que deve ser considerado na história brasileira no início do séc. XX é a condição da participação política da mulher. Estas só obtiveram o direito ao voto em 24 de fevereiro de 1932, através do Decreto Lei do Presidente Getúlio Vargas. Como resultado desta conquista, a alfabetização feminina foi crescendo ainda mais (PEREIRA e FAVARO, 2017, p. 5534).

Foi neste momento, segundo Beltrão e Alves (2009, p. 133) que os políticos demonstraram “interesse na alfabetização geral da população, em especial das mulheres, pois somente as pessoas alfabetizadas podiam votar”.

Para mais, no período de 1945 a 1964, momento denominado de “Pacto Populista”, houve um aumento de grupos que pressionavam por uma maior democratização do ensino. Entretanto, foi só em 1961 com a Lei nº 4.024/61 da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que “foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares” (BELTRÃO e ALVES, 2009, p. 130).

As mulheres, conclui-se então, só tiveram maiores oportunidades de adentrar no ensino superior a partir da década de 1960.

Com o início do período denominado de “Nova República”, em 1985, o ensino no Brasil continuou com a sua expansão e adquirindo novos moldes distintos. Segundo Beltrão e Alves (2009, p. 130 e 131), no ensino superior “registrou-se um grande crescimento das universidades privadas, que ultrapassaram em muito o número de estudantes matriculados na universidade pública. A expansão geral das vagas no ensino brasileiro favoreceu especialmente o sexo feminino”.

Ocorre a partir de então um fenômeno interessante: as mulheres passam a ser a maioria em todos os níveis de ensino, com ênfase para o ensino superior. Contudo, o que ainda se percebe é uma dificuldade por parte do público feminino de ingressar em cursos que continuam sendo predominantemente masculinos, e de se manterem na universidade.

## **2.4 Cenário da escolarização brasileira das últimas décadas - diferenças e aproximações por gênero**

A compreensão sobre o perfil docente nas diferentes realidades é necessário por ser uma importante ferramenta na hora de se desenvolver políticas públicas voltadas para estes profissionais. Não é necessário saber só a realidade que enfrentam a jornada do ser professor, mas também que bagagens carregam, e como isso influencia em suas atuações em sala de aula.

Sendo o Brasil um país de extensão continental, não é surpresa que em todas as regiões encontrem-se diferentes desafios com relação à educação.

Neste sentido, neste capítulo serão apresentados alguns dados socioeconômicos com relação à educação no Brasil.

Segundo o IBGE (2020), o Brasil conta com uma população estimada de 211.755.692 pessoas, sendo destes 51,11% de mulheres.

Ainda segundo o IBGE (2014, p. 95):

Em 2010, homens e mulheres com 15 anos ou mais de idade apresentavam taxas de analfabetismo próximas [...] (9,1%, entre as mulheres, e 9,8%, entre os homens). Contudo, é possível observar que a taxa de analfabetismo era maior entre as mulheres com 60 anos ou mais de idade (27,4%), se comparada à dos homens na mesma faixa etária (24,9%), e que essa desvantagem feminina se reverte nos grupos etários mais novos (15 a 29 e 30 a 59 anos de idade), evidenciando o avanço da escolarização feminina.

Com relação ao acesso à escola, pode-se observar que a evolução foi semelhante tanto para homens quanto para mulheres no período entre 2000 e 2010, sendo na idade de 4 a 5 anos a taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente no ano de 2010 de 79,8% de homens e 80,4% de mulheres; de 6 a 14 anos de 96,5% de homens e 96,9% de mulheres; e de 15 a 17 anos de 83,2% de homens e 83,4% de mulheres (IBGE, 2014, p. 98)

Entretanto, “segundo os dados do Censo Demográfico 2010, do total de 4 895,7 milhões de adolescentes de 15 a 17 anos de idade que frequentavam o ensino médio, observa-se uma proporção maior de mulheres (54,7%), se comparada com a de homens (45,3%)” (IBGE, 2014, p. 100). Embora a taxa de frequência bruta seja semelhante entre ambos, como visto anteriormente, o que pode explicar este fenômeno seja o histórico de atraso escolar dos homens.

Com relação a outras modalidades de ensino, como Educação de jovens e adultos (EJA), supletivo, alfabetização de jovens e adultos (AJA), ensino superior ou curso pré-vestibular, em 2010, os homens representavam 8,9% dos frequentadores, enquanto as mulheres representavam 8,3% (IBGE, 2014, p. 101).

Com relação a frequência no ensino superior:

Os jovens do sexo masculino não seguem para o ensino superior na mesma proporção que as do sexo feminino. Em 2011, havia um contingente maior de mulheres entre os universitários de 18 a 24 anos de idade. Sua proporção

supera em 14,1 pontos percentuais a dos homens, representando 57,1% do total de estudantes que frequentam o ensino superior nessa faixa etária.

Como consequência dessa distinta trajetória escolar entre as mulheres e os homens, pode-se observar que o nível educacional delas é maior do que com relação ao dos homens. “A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível superior completo, em que a proporção de mulheres que completaram a graduação é 25% superior à dos homens” (IBGE, 2014, p. 106).

Entretanto, embora as mulheres sejam as mais instruídas principalmente no nível superior, isso não significa necessariamente em maiores condições no mercado de trabalho:

[...] as áreas gerais de formação nas quais as mulheres de 25 anos ou mais de idade estão em maior proporção, isto é, Educação (83,0%) e Humanidades e Artes (74,2%), são justamente aquelas que registram os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas (R\$ 1 810,50 e R\$ 2 223,90, respectivamente), independentemente do setor onde essas pessoas trabalhem (IBGE, 2014, p. 107).

Para mais:

[...] o rendimento feminino não se iguala ao masculino em nenhuma das áreas gerais, conforme evidencia a razão entre o rendimento das mulheres e o rendimento dos homens. Esse diferencial se mantém mesmo quando a proporção de mulheres se torna equivalente à dos homens, como na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, em que as mulheres recebiam apenas 66,3% do rendimento dos homens. Esse valor médio do rendimento abarca tanto as escolhas por profissões e carreiras diferentes entre homens e mulheres dentro dessa área geral, por exemplo, a de Ciências Sociais, Negócios e Direito, quanto uma possível discriminação por gênero no mercado de trabalho, entre outros fatores (IBGE, 2014, p. 107).

Com relação ao mercado de trabalho, em 2010 a taxa de atividade dos trabalhadores com 16 anos ou mais de idade era de 75,7% de homens e 54,6% de mulheres (IBGE, 2014, p. 108).

Isso demonstra como, embora as mulheres tenham tido direito a escolarização tardiamente, a partir do momento em que obtiveram esse direito, com o passar dos anos elas se tornaram a maioria em todos os níveis educacionais. Entretanto, isso não significou uma melhora em termos salariais, pois continuaram em sua grande maioria em profissões ligadas a questões maternas e de cuidado, trabalhos costumeiramente desvalorizados perante a sociedade.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Abordagem Metodológica**

As metodologias qualitativas são mais eficientes e utilizadas em pesquisas sociais pois são mais eficazes em captar dados mais subjetivos da realidade, pois “se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita (MARTINS, 2004, p. 292)”.

Para mais, o meio em que ocorrem os fatos é a fonte de dados direta na pesquisa qualitativa, tendo “como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural (GODOY, 1995, p. 62)”. Além disso, o significado que os sujeitos dão a sua vida e as coisas são as preocupações centrais, e ao considerar como importante todos os pontos de vista, “este tipo de pesquisa ‘ilumina’, esclarece o dinamismo interno das situações, freqüentemente invisível para observadores externos (GODOY, 1995, p. 63)”. Desta forma, os pesquisadores qualitativos visam compreender os acontecimentos por meio do olhar dos participantes.

Já referente a parte quantitativa da pesquisa, tem-se como intenção a coleta de dados “para descobrir diversos padrões do pensamento e do comportamento social (RAMOS, 2013, p. 62).” Para mais, “[...] tem por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda [...] (GIL, 2008, p. 28).

Pesquisas quanti qualitativas em ciências sociais ainda são pouco usadas, mas começam a ser defendidas por estudiosos como ferramentas complementares que auxiliam na busca pela compreensão da realidade. Sobre isso, Gage e Shulman defendem que:

[...] a complementaridade deve ser reconhecida, considerando os distintos e variados desideratos da pesquisa nas ciências humanas, cujos propósitos não podem ser alcançados por uma única abordagem (SOUZA e KERBAUNY, 2017, p. 34).

Para mais, Souza e Kerbauny (2017, p. 35) citam Gramsci (1995, p. 51) ao dizerem que:

[...] objetividade é intersubjetividade, determinando o que é comum aos homens. Dessa forma, entende que nas condições da vida humana são a “qualidade está sempre ligada à quantidade” [...] Portanto, as abordagens quantitativas e qualitativas tratam de fenômenos reais, atribuindo sentido concreto aos seus dados.

Ainda sobre isso Gatti (2002), citada por Souza e Kerbauny (2017, p. 37) considera que:

[...] quantidade e qualidade não estão totalmente dissociadas na pesquisa, na medida em que de um lado a quantidade é uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se apresenta e do outro lado ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois sem relação a algum referencial não tem significação em si.

Sendo assim, uma pesquisa quanti-qualitativa é mais abrangente no sentido de tentar demonstrar os fatos buscados pelo estudo, pois a mais chances de aparecer as variáveis da realidade observada através da associação das técnicas empregadas. Apesar disso, não devemos desconsiderar suas limitações, que também existem.

### **3.2 Etapas de Pesquisa**

A primeira etapa para realização da pesquisa foi o contato com a secretária municipal de educação, ao qual assinaram um termo de concordância com a realização da pesquisa.

Em seguida, foi elaborado um questionário estruturado que passou por uma fase de pré-teste, tendo sido enviado para um grupo de 10 pessoas, posteriormente sendo feitos os ajustes que se fizeram necessários. O documento está composto por 4 (quatro) questões abertas e 12 (doze) questões fechadas na primeira sessão, sendo que a última, de acordo com a resposta da participante, a direcionava para a sessão seguinte ou encerrava o questionário. A segunda sessão continha 3 (três) questões abertas e 12 (doze) questões fechadas. A última questão referia-se ao aceite em participar como voluntária da fase dos Diários, e caso houvesse a aceitação seria

direcionada a sessão seguinte; em que as voluntárias eram orientadas a passarem seu nome completo com *e-mail* e número de *WhatsApp*.

O questionário foi enviado via aplicativo do *WhatsApp* para a coordenadora responsável na secretaria de educação na data de 16 de setembro de 2021, junto com um vídeo legendado explicando a importância da participação na pesquisa. A Coordenadora encaminhou para as Coordenadoras das escolas, que postaram em seus respectivos grupos. Duas semanas depois, a pesquisa foi reencaminhada junto com um texto reforçando a importância da participação, complementado por um pedido da Coordenadora enfatizando a solicitação. A pesquisa ficou aberta então até o dia 18 de outubro de 2021, totalizando 51 participações.

Cabe destacar que inicialmente partiu-se do pressuposto de que haveria um número significativo de docentes em processo formativo, portanto vivenciando a realidade de três jornadas. Por isso, a opção de realizar a aplicação de um instrumento com viés quantitativo e mais genérico inicialmente, a fim de conhecer o perfil das docentes do município de Matinhos, para, posteriormente, com base na identificação dos/das docentes que estariam em tripla jornada, dar continuidade ao estudo. Entretanto, surpreendentemente, tal número foi bastante inferior ao imaginado, sendo que apenas aproximadamente 0,04% das respondentes encontravam-se nessa realidade à época.

Com isso e mais os fatores de tempo e do contexto do trabalho remoto, optou-se por trabalhar, neste momento, somente com os dados obtidos por meio da aplicação do questionário, direcionado ao público de professores como um todo, independente do recorte inicial focado somente nos docentes em processo paralelo de formação

O questionário aplicado na pesquisa foi elaborado pela plataforma *Google Forms*. Após ler e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), a participante é direcionada para as questões propriamente.

Com relação ao questionário:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc (GIL, 2008, p. 121).

Este foi elaborado com questões predominantemente fechadas, em que as participantes deveriam escolher entre as alternativas pré-estabelecidas e algumas questões abertas, nas quais as participantes podiam variar com mais flexibilidade das respostas. Questões fechadas são mais usualmente aplicadas em questionários pois “[...] conferem maior uniformidade às respostas e podem ser facilmente processadas”. Entretanto, sabe-se a limitação que esta também pode provocar, correndo o risco de não se ter todas as variáveis explanadas.

Na escolha das questões, foram inseridas as que dizem respeito a dados concretos, como sexo, idade, estado civil, número de filhos, etc. (GIL, 2018, p. 125). As participantes também foram questionadas com perguntas sobre padrões de ação, que ainda segundo o autor, referem-se:

genericamente aos padrões éticos relativos ao que deve ser feito, mas podem envolver considerações práticas a respeito das ações que são praticadas. O interesse destas perguntas está em que podem oferecer um reflexo do clima predominante de opinião, bem como do comportamento provável em situações específicas.

Dessa forma estruturou-se o questionário com questões passíveis de indicar ou não a existência de padrões de comportamento relacionados à tripla jornada pela sobreposição de atividades.

Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a de análise e interpretação [...]. A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto na investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 2008, p. 156)

As análises dos dados obtidos com o questionário foram feitas de forma estatística, de forma a caracterizar e resumir os dados, e assim facilitar o “estudo das relações que existem entre as variáveis [...]” (GIL, 2008, p. 160).

Com relação à interpretação, o que se procura “é a obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados, o que se faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teorias” (GIL, 2008, p. 178). Por esse motivo, os dados foram interpretados buscando paralelos com os pressupostos teóricos apresentados anteriormente.

## **4. DISCUSSÃO DOS DADOS**

### **4.1 Perfil docente do município de Matinhos**

Em levantamento realizado junto a secretaria de educação do município, os dados mostram que o número total de docentes, atualmente, somam 516 professores, sendo destes 498 mulheres (aproximadamente 96,5%) e apenas 18 homens (aproximadamente 3,5%). Estes números mostram que o município segue a tendência nacional, tendo em 2017, 761.731 professores lecionando nos anos iniciais, sendo destes 88,9% mulheres e 11,1% homens (CARVALHO, 2018, p. 10).

Relativamente à idade das docentes, temos no município de Matinhos a média aproximada de 43 anos. Esses números também mostram que a idade das docentes segue a média nacional, que é de 41,4 anos (CARVALHO, 2018, p. 29).

Para a realização do trabalho docente no município de Matinhos é necessário ter formação de licenciatura em pedagogia (ressalva os professores de área como artes e educação física); sendo obrigatório a apresentação do diploma no momento da posse do cargo. O aumento de professores com formação em nível superior está em conformidade com a LDB e com o estabelecido pela Meta 15 do PNE, que determina que a qualificação em nível superior deve ser requisito mínimo para atuar na educação básica.

No que concerne à formação, Carvalho (2018, p. 37) diz que:

A formação em nível superior é a mais frequente (78,4% em 2017), e mostra tendência crescente ao longo do tempo. Os percentuais de professores com formação no nível fundamental incompleto ou completo são quase desprezíveis, e o nível médio é o segundo nível de formação mais comum (21,3% em 2017), percentuais que vêm se reduzindo no período.

Com relação à onde ocorreu essa formação, no caso das docentes de Matinhos, 41,2% tiveram sua formação em universidade pública; 33,3% em universidade privada e 25,5% em universidade pública e privada

Com relação à realidade nacional, Carvalho (2018, p. 40) aponta que:

Os professores que se formaram em nível superior se graduaram, em sua maioria, em instituições privadas, numa proporção que se mostra bastante estável ao longo dos anos [...]. Esse dado pode estar refletindo efeitos das

políticas de incentivo à formação docente nas instituições privadas, como o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e o Prouni (Programa Universidade para Todos), por exemplo (CARVALHO, 2018, p. 40).

Isso demonstra como a formação das docentes de Matinhos não segue a tendência nacional, sendo a maioria formada em universidades públicas enquanto nacionalmente a maioria é formada em universidades privadas.

Relativamente à formação de pós-graduação, o município de Matinhos tem 278 professores com pós graduação *lato sensu*, representando aproximadamente 53,87%<sup>2</sup>. No que concerne ao cenário nacional, o percentual de professores com nível de *lato* ou *stricto sensu* vem crescendo ao longo dos Censos, sendo um percentual de 24,2% em 2009 e chegando a 35,9% em 2017. Apesar da quantidade de professores que possuem formação em nível de pós-graduação ter aumentado, ainda precisa evoluir bastante para atingir a Meta 16 do Plano Nacional de Educação, que diz respeito a que 50% dos professores da educação básica devem ter esse nível de formação. O município de Matinhos, como visto anteriormente, está aproximadamente 4 pontos percentuais acima da Meta.

Para mais, segundo a pesquisa de Carvalho (2018, p. 45), “observa-se que a grande maioria dos pós-graduados possui títulos em nível de especialização (percentuais acima de 95%), muito acima da proporção de mestres e doutores[...]”, sendo mestres uma porcentagem de 4,1% e doutores 0,5%. Apesar disso, este número vem crescendo ao longo dos anos.

## **4.2 A profissão docente e a tripla jornada de trabalho**

Entre os dados levantados na presente pesquisa, observamos que 82,4% responderam que são moradoras do município de Matinhos.

Com relação ao estado civil, 49% são casadas; 21,6% são solteiras; 11,8% são divorciadas; 9,8% estão em uma união estável e 7,8% preferiram não responder essa pergunta.

Relativamente sobre a maternidade, 31,4% responderam que tinham 1 (um); 27,5% com 2 (dois) filhos; 25,5% com 3 (três) filhos ou mais e 15,7% não possuem

---

<sup>2</sup> Dados obtidos junto à secretaria de educação.

filhos. A idade dos filhos variou entre 7 meses e 46 anos. Nesse caso, destaca-se que a grande maioria das mulheres que participaram da pesquisa são mães. Sobre isso, Ávila e Portes (2012, p.819) discorrem que:

[...] as maiores jornadas diárias de trabalho doméstico são cumpridas por mulheres de famílias formadas por casal com filhos menores de 14 anos, isso porque os cuidados pessoais e escolares com filhos pequenos são as atividades que mais consomem o tempo de trabalho doméstico [...].

No que diz respeito a quantidade de pessoas que moram com essas professoras; 43,1% responderam que moram com 3 (três) ou mais pessoas; 31,4% com 2 (duas); 21,6% com uma e 3,9% moram sozinhas.

Questionadas sobre quantas horas gastam em média por semana com os trabalhos domésticos, 43,1% responderam entre 5 e 10 horas; 21,6% entre 10 e 15 horas; 21,6% mais de 15 horas e 13,7% menos de 5 horas. Sobre isso, Ávila e Portes (2012, p. 820) discorrem que, pelo fato das mulheres trabalhem fora e a grande maioria com jornada de 8 horas diárias, “a limitação de tempo as obriga a estabelecerem estratégias de otimização do tempo que lhes resta para darem conta de todo o programa diário, inclusive o trabalho doméstico”. Com isso, talvez a indicação da carga horária de dedicação ao trabalho doméstico reflita essa otimização do tempo para comportar todas as funções semanais.

Quando questionadas sobre a participação de outras pessoas na realização do trabalho doméstico, 41,2% responderam que sim, de familiares que moram na casa; enquanto 29,4% responderam que não recebem contribuição. Ainda 19,6% responderam que recebem contribuição de familiares que moram na casa, mas só quando solicitado; e 9,8% responderam que têm uma funcionária para isso. Estes dados demonstram que embora a grande maioria more com outras pessoas na casa, a quantidade de horas gastas com o trabalho doméstico ainda é relativamente alta, sendo entre 5 e 10 horas, mesmo estas alegando que há participação dos outros familiares para a realização destes afazeres.

Contudo, infere-se ainda que o número baixo de horas com o trabalho doméstico, indicado nos resultados, pode ser também resultado de uma falta de consciência destas mulheres sobre a quantidade de atividades que executam. Sobre isso, Zibetti e Pereira (2010, p. 262) dizem que:

Por não resultar em mercadoria, o trabalho ou o serviço doméstico desenvolvido em favor do próprio grupo familiar é entendido como uma forma de respeito, reciprocidade e obediência, portanto, pouco valorizado, mesmo quando contribui para liberar alguns membros da família para outras atividades remuneradas.

No que concerne há quantos anos atua como professora, o tempo respondido pelas docentes, participantes da pesquisa, varia entre 2 (dois) anos e 31 (trinta e um) anos, sendo a média 13,7 anos. No ano de 2007, segundo Souza e Gouveia (2011, p. 6), professores da educação básica que tinham experiência profissional entre 11 e 15 anos já correspondia a 23,1%, sendo o segundo maior percentual (perdendo somente para profissionais com mais de 21 anos de carreira, que correspondeu a 25,5%). Isso sugere como o tempo de carreira se mantém, mais ou menos, o mesmo.

Referente ao número de horas semanais que as docentes costumam trabalhar por semana, a maioria, 72,5%, responderam que trabalham por 40 horas, sendo que 15,7% costumam trabalhar por mais de 40 horas. Com isso observou-se que a grande maioria das docentes trabalham 40 horas ou mais, sendo que apenas 11,8% indicaram trabalhar somente 20 horas semanais.

Sobre possuírem outro emprego ou atividade para complementar a renda, 60,8% responderam que não; 25,5% que sim e 13,7% às vezes. Os empregos e rendas extras variam entre *coach*, *crossfit*, comerciante de lingerie, costura criativa, crochê, decoração de festa infantil, limpeza, loja online de produtos personalizados, aplicador de provas em concursos, e vendas em geral.

Observou-se também que entre as respondentes da pesquisa, aquelas que não possuem dois padrões, um número significativo costuma trabalhar com dobra ou aula extraordinária, correspondendo a 43,1%. A dobra significa o mesmo que hora suplementar e em termos salariais recebe-se 100% a mais, o que representa um complemento importante na renda. Entre as que responderam que não utilizam a possibilidade da dobra, 41,2%, não o fazem por já possuírem dois padrões. Finalmente, somente 13,7% não se aplicam a nenhum dos casos anteriores e 2% com aulas extraordinárias em escolas estaduais.

Com relação ao nível de satisfação com a estabilidade financeira, 37,7% declararam estarem um pouco satisfeitas; 27,5% um pouco insatisfeitas; 25,5% insatisfeitas e 9,8% satisfeitas.

Relativo a possuírem pós-graduação, das respondentes da pesquisa 3,9% estão cursando.

Destas que estão cursando, 100% estão fazendo a primeira pós-graduação em faculdades privadas. E indicaram que, em média, costumam estudar entre 0 e 10 horas para além das aulas.

Questionadas sobre se já tiveram que interromper os estudos por algum motivo, 50% respondeu que não e 50% que sim, sendo o motivo por gravidez e falta de tempo. Isso corrobora com o que diz Zago (2000), citado por Ávila (2010, p. 169): “[...] para alguns estudantes, concluir o Ensino Superior será vencer uma verdadeira maratona de reincidentes reprovações e dependências que poderão atrasar em muitos anos o sonho da conclusão do Ensino Superior”; ou no caso, a pós graduação.

Com relação a receberem incentivo de amigos e/ou familiares para estudar, 50% responderam que sim, de amigos e familiares; e 50% responderam que não recebem incentivo.

Outro fator abordado refere-se a se elas têm com quem deixar os filhos caso necessite estudar além do horário das aulas, ao que 100% das respostas foram que sim. Entretanto, uma das respondentes relatou que somente às vezes deixa com o pai e outra ainda relata que a criança fica com a avó. As respostas de ambas corroboram com o que diz Ávila e Portes (2012, p. 821) “a despeito das limitações quanto a ajudar em determinados tipos de trabalhos domésticos, da inconstância e da seletividade da ajuda prestada, a ajuda dos maridos no cuidado com os filhos revelou-se um fator determinante para a permanência das mulheres na universidade”. Para mais, se os pais das crianças não fazem sua parte no cuidado com as crianças, este geralmente recai sobre outras mulheres: avós, babás, tias, irmãs, etc.

Relacionado à sobre como elas avaliariam a sua saúde mental, 100% responderam que regular, sendo 50% que recebem ajuda psiquiátrica sempre, e 50% que recebem às vezes. Para mais, 50% fazem uso de medicamentos para depressão, ansiedades, etc., enquanto 50% alegaram que fazem uso somente às vezes. Sobre isso, um estudo realizado por Pinho e Áraujo (2012, p. 567) observou que quanto mais aumenta a sobrecarga com o trabalho doméstico, também se aumenta a prevalência de transtornos mentais comuns (TMC), que “são caracterizados por sintomas como fadiga, esquecimento, insônia, irritabilidade, dificuldade de concentração, dores de cabeça e queixas psicossomáticas”. Além do mais, “esses transtornos alteram o

funcionamento normal dos indivíduos, prejudicando seu desempenho na vida familiar, social, pessoal e no trabalho” (PINHO E ARAÚJO, 2012, p. 561).

Ademais, Neves e Cirino apontam que as docentes:

[...], são mais suscetíveis a transtornos mentais, como a síndrome de *burnout* (síndrome do esgotamento profissional), movidos pela crença da educação transformadora, diante do descompasso entre as expectativas profissionais e a impossibilidade de alcançá-las. Da mesma forma, as referidas autoras destacam que as expectativas sociais e dos dirigentes do sistema educacional "para que os professores tenham um desempenho que seja capaz de superar as diversidades culturais e sociais, sem lhes dar condições para atingi-lo, contribuem para gerar ansiedade, estresse e acabam por levar ao burnout" (SOUZA; LEITE, 2011, p. 1116; *apud* NEVES e CIRINO, 2018, p. 440).

Referente à saúde física, 50% avaliam que está boa e 50% avaliam que está ruim.

Relativo a se conseguem ter alguma atividade de lazer, 50% responderam que sim e 50% que não. Em geral, o “tempo livre” costuma ser:

[...] utilizado para dar conta de toda uma gama de ocupações dedicadas ao trabalho doméstico ou escolar. Na prática, o planejamento e o uso racional do tempo é uma das mais importantes estratégias de conciliação entre as diferentes jornadas de trabalhos levadas pelas mulheres” (ÁVILA e PORTES, 2012, p. 816).

Com isso, percebe-se que o perfil docente do município de Matinhos é formado por moradoras da própria cidade; casadas, com filhos e dividem a casa com outros moradores. A maioria alega gastar entre 5 e 10 horas semanais com trabalho doméstico. A maioria também diz receber contribuição para este trabalho; entretanto, um número expressivo, 29,4%, diz não receber contribuição.

A média de anos em que estão na profissão docente é de 13,7 anos; e trabalham por 40 horas semanais. A maioria não possui outro emprego ou atividade para complementar a renda. A maior parte trabalha com dobra (hora extra para docentes) ou já possuem dois padrões (tomaram posse em concurso duas vezes, uma possibilidade específica da profissão docente, pelos cargos serem de 20 horas semanais). Para mais, grande parte declara estar um pouco satisfeita com a estabilidade financeira.

Por fim, a maioria já possui uma pós-graduação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a pesquisa tenha tido limitações no que diz respeito à contemplação integral dos objetivos propostos inicialmente, consideramos que esta trouxe importantes resultados, levando a reflexões importantes.

Apesar de não ter sido possível chegar a fase da realização de uma segunda etapa, propriamente qualitativa, por meio de diários em que seria possível analisar com mais profundidade a rotina dessas mulheres, devido ao baixo número de professoras cursando pós-graduação e a falta de tempo hábil ocasionado pela pandemia de Covid-19, o que foi alcançado com este trabalho já pode ser considerado uma contribuição importante para se entender esse universo da tripla jornada vivenciado pelas professoras. Isso porque foi possível entender de forma mais direta a caracterização geral das profissionais da educação básica no município.

Com relação à constituição histórica da divisão sexual do trabalho e seus aspectos sociais e culturais, pode-se observar que as crenças acerca da naturalidade com que é incumbido como responsabilidade da mulher o trabalho doméstico ainda permeia o subjetivo de nossa sociedade. Relativamente à entrada da mulher no mercado de trabalho, era de se esperar uma modificação da divisão sexual do trabalho, o que foi observado que não ocorreu.

A pesquisa reflete também sobre como apesar das mulheres terem sido por muito tempo privadas da educação escolarizada, a partir do momento que isto foi permitido, elas se tornaram a maioria em todos os níveis de escolarização. Entretanto, apesar disso, as mulheres continuam em carreiras ligadas a questões maternais e de cuidados, dotadas de um prestígio social menor com relação a outras profissões, o que afeta também as questões salariais. E mesmo quando elas trabalham na mesma profissão que um homem, tendem a receber menos.

Isso tudo foi percebido refletido na profissão docente. São mulheres, mães, esposas e profissionais, em uma carreira com diversos desafios: para além do trabalho diário em sala de aula, muitas vezes tem que levar o trabalho para casa. Há também o trabalho doméstico, e a necessidade de estarem sempre se aperfeiçoando, tanto pelas mudanças do mundo que afetam a educação, como para uma melhoria na carreira e conseqüente melhoria salarial.

Para mais, o município de Matinhos apresenta uma especificidade, que é o oferecimento para profissionais da Rede Municipal de Educação, que não se encontram em estágio probatório, de cursarem o Programa de Capacitação Avançado, regulamentado por meio da Lei nº 1639/2013. Esse Programa contém 520 horas de carga horária, e deve ser realizado 50% em aulas presenciais e o restante com o desenvolvimento de projetos de pesquisa na Rede Municipal de Ensino do próprio município. Para as professoras que optam por realizar este curso, é mais um momento de suas vidas em que se veem necessitadas de se desdobrar para conciliar as três jornadas que vimos nesta pesquisa, situação que pode e deve ser estudada mais profundamente visando pensar formas de resolução para esta sobrecarga que as mulheres enfrentam, preferencialmente por meio de estudos qualitativos.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25.

ÁVILA, Rebeca Contrera. **TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS ESCOLARES DE MULHERES DE CAMADAS POPULARES QUE VIVENCIAM UMA TRÍPLICE JORNADA DIÁRIA: TRABALHO REMUNERADO, TRABALHO DOMÉSTICO E ESTUDOS.**

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. **A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos.**

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambu, 2004. Anais... Belo Horizonte: Abep, 2004.

CARVALHO, Maria R. V. **Perfil do professor da educação básica.** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. 67p. (Série Documental Relatos de Pesquisa, n. 41). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/Perfil+do+Professor+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica/6b636752-855f-4402-b7d7-b9a43ccffd3e?version=1.13> .

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda S., **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995a, p. 57-63. Pesquisa qualitativa.- tipos fundamentais, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.3, Mai./Jun. 1995b, p. 20-29.

Hirata H, Kergoat D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cad Pesqui. 2007;37(132):595-609.

HOBBSAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

IBGE. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: 2014.

MARTINS, H. H. T. de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. **Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?** *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, 2009.

NEVES, Marcia; CIRINO, Samia Moda. **Adoecimento mental de docentes: o custo psíquico da feminização do trabalho no magistério da educação básica no Brasil**. V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. Universidade Estadual de Londrina. Londrina: 2018.

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **História da mulher no Ensino Superior e suas condições atuais de acesso e permanência**. In: XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO. VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE. 2017. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207\\_12709.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf).

Pinho, P. S., & Araújo, T. M. (2012). **Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres**. *Revista Brasileira de Epidemiologia* 15(3), 560-72. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2012000300010>

RAMOS, M. P. **Métodos Quantitativos e Pesquisa em Ciências Sociais: Lógica e Utilidade do Uso da Quantificação nas Explicações dos Fenômenos Sociais.**

Mediações - Revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 1, p. 55-65, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132102/000901271.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/07/2021.

RODRIGUES, Paulo Jorge. ET al. **O trabalho feminino durante a revolução industrial.** XII semana da mulher. São Paulo, 2015. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino\\_paulo-jorge-rodrigues.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino_paulo-jorge-rodrigues.pdf)>.

SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEIA, Andréa Barbosa. **Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura possível das políticas educacionais.**

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. **Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente.**